

mentas que servem para promover a mudança organizacional, podendo ser utilizadas por especialistas em estudos de género ou não, baseadas em várias perspetivas teóricas, mas também resultantes das aprendizagens e experiências adquiridas pelas autoras ao longo do seu trabalho em diferentes organizações. A última parte é já direcionada para as formas de resistência, mobilização e comunicação, dando conta de vários tipos de resistência à mudança, de formas de reação aos mesmos ou de estratégias para os superar, bem como de modos de criar uma visão partilhada no sentido da mobilização, explorando, ainda, algumas etapas importantes para implementar um plano de comunicação.

Assim, apesar da escassa referência a investigação nacional sobre o tema, este manual constitui um recurso fundamental para quem se interessa pela mudança organizacional efetuada numa perspetiva de género. Tal como Cavazza, considero que a «riqueza de exemplos, de casos, assim como de ferramentas para a implementação direta, torna fácil a passagem da teoria à prática, para quem pretende melhorar a sensibilidade ao género dentro de uma organização, combater as desigualdades e tornar as mudanças realmente sustentáveis (p. iv).

Obra disponível em: https://issuu.com/itcilo/docs/handbook_on_gender

***Cómo informar sobre la violencia machista*, de José María Calleja, Madrid: Signo e Imagen, 2016, 168 pp.**

Pedro Saraiva

Doutorando no Programa de Doutoramento em Sociologia,
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

Neste livro, intitulado «Cómo informar sobre la violencia machista», brilhantemente escrito pelo jornalista José María Calleja, é possível ter uma perceção de como os *media* relatam (ou não) o problema da violência doméstica, sobretudo quando as vítimas são do sexo feminino, reproduzindo estereótipos no qual as mulheres são vistas como inferiores aos homens (2016, 8). Além disso, dá a sua visão e aponta exemplos nesse sentido, para mostrar que a violência doméstica em Espanha não é trabalhada com a preocupação que deveria merecer. Desde a introdução do livro aos nove capítulos que o compõem, o jornalista, além de falar do caso dos *media*, critica também a forma como este problema é abordado em outras esferas, como por exemplo na justiça.

O autor começa por nos elucidar que a violência doméstica em Espanha tem pouca visibilidade nos *media*, e quando tem, são usados comentários machistas, havendo igualmente uma desvalorização do problema. Como o autor mostra,

este é um problema transversal a toda a sociedade, independentemente da idade ou das qualificações dos seus constituintes. Nos capítulos seguintes, o autor vai desenvolvendo os seus argumentos apresentados na introdução.

No capítulo I, «Del «crimen passional» a la «violência machista» o de cómo nombran los médios la violéncia contra las mujeres», o autor faz uma retrospectiva deste problema social, apontando diferentes expressões do mesmo, desde os anos do regime de Franco, passando pela instauração da Democracia em 1975 até aos mais recentes. Com esta retrospectiva, destacam-se sempre os papéis de submissão e de dependência da mulher em relação ao homem (Calleja 2016, 27), que através dos *media* espanhóis, quando estes casos eram retratados, preferiam apontar a beleza e outras características da vítima em vez de focar a gravidade do crime em si. Em qualquer um dos períodos históricos, verifica-se uma apresentação das mulheres por parte dos *media*, como sendo objetos sexuais, mostrando ser femininas e sensuais, em papéis de submissão em relação ao agressor masculino.

No capítulo II, «Los marcos cognitivos y la violéncia contra la mujer», o autor analisa o modo como os papéis que cada sexo deve desempenhar têm vindo a ser transmitidos nas várias instâncias da socialização, apoiando-se em alguns estudos que o mostram claramente. Desde cedo que se interiorizam papéis diferenciados para homens e mulheres e ainda o controlo que deve ser exercido pelos homens em relação às mulheres. Defende mesmo que em casos de violência doméstica relatados, os *media* dão pouca importância ao papel inferior que a mulher tem, preferindo focar-se em outros aspetos.

No capítulo III, «Periodismo de verificación y violencia de género. Ética y deontología de los periodistas», o autor aponta para a falta de ética na transmissão de notícias pelos seus colegas e para a dificuldade em mostrar a verdade, por mais dura que esta seja, centrando a crítica na forma como este problema é apresentado. Em vez de o apresentar como sendo um problema social, há claramente uma tendência para a banalização dos casos, transformando-os num espetáculo de televisão/jornais sensacionalistas. Identifica mesmo uma tendência para responsabilizar a vítima do sexo feminino pelo que lhe aconteceu, justificando e desculpabilizando a atitude do agressor/assassino do sexo masculino. São mesmo apresentadas justificações inexistentes para uma violência cuja culpa não é da vítima.

No capítulo IV, «¿Es la prostitución una forma de maltrato?», o autor foca-se na questão da prostituição para mostrar como esta é uma relação que resulta da desigualdade entre quem quer ter sexo (homem) e quem não quer (mulher). Há uma exploração do seu corpo a troco de dinheiro, não sendo um exercício livre e decidido pelas mulheres, mas imposto por quem controla as redes de prostituição. Além disso, são vítimas de violência física e psicológica sem perspetiva de saírem deste ciclo. No caso da morte destas mulheres, este não é considerado crime de violência de género, sendo mesmo desvalorizado pelos *media*. Embora comecem a verificar-se alguma melhoria nas condições de trabalho destas mulheres, como aponta Calleja (2016, 78), ainda existe um longo caminho a percorrer.

No capítulo V, «Denuncia previa: la mujer no es culpable por no denunciar a su maltratador», o autor discute como a apresentação de uma denúncia de violência doméstica por parte das mulheres pode ser um processo bastante complicado. No caso de haver uma denúncia, critica a falta de acompanhamento correto a estas vítimas, que mais tarde acabam por vezes por morrer às mãos de agressores masculinos. Além disso, em muitos casos, as provas do crime de violência não são consideradas credíveis, sobretudo se houver tentativa de reconciliação, acabando a vítima por desistir da queixa. Defende mesmo a convivência das famílias das vítimas que sabem que existe violência, não apresentando queixa (Calleja 2016, 86), permitindo a continuação do silêncio das próprias vítimas. Este silêncio também se explica pelo facto de não quererem ser alvo de humilhações por parte de quem segue o caso (juiz, advogados, entre outros). Como aponta o autor, o Estado já falhou e ainda falha no apoio e proteção dos seus cidadãos (2016, 89).

No capítulo VI, «El contexto justificativo o exculpatorio de la violencia de género», o autor aponta novamente as suas críticas para os *media*, ao indicar claramente que estes descredibilizam os casos de violência doméstica, pondo-se mesmo em causa a violência que a vítima sofreu. O próprio assassino é visto como alguém que tem desculpa nas suas ações, tomando um discurso que as mulheres poderão ter merecido o que sofreram (Calleja 2016, 100). Comparando com o caso das vítimas de terrorismo da ETA em Espanha (que estão no centro do debate político e que são imediatamente compreendidas), a violência doméstica não é considerada um problema social, estando confinado à esfera privada, não lhe sendo dada grande importância pelos *media*. Verifica-se mesmo a transmissão de ideais de machismo, em que as mulheres consentem este controlo por parte dos homens, sendo visto como um ato de amor (Calleja 2016, 108).

No capítulo VII, «Acoso sexual con superioridad jerárquica», o autor concentra a sua atenção não tanto nos casos de violência doméstica, mas sobretudo nos casos de assédio sexual no local de trabalho. Traduzindo-se em tentativas de atos sexuais, por norma de homens, em cargos hierarquicamente superiores, em relação a mulheres, em cargos inferiores, e com medo de perder o seu emprego, acabam por suportar estes assédios (Calleja 2016, 112). Mesmo que sejam denunciados, estes assédios são sempre difíceis de provar, com os próprios juizes a seguirem ideias machistas na hora de julgar estes casos. Falando ainda dos abusos sexuais a menores no seio da Igreja Católica, estes casos também são difíceis de provar e mesmo com a sua mediação, não é suficiente para abalar a instituição «Igreja», mantendo-se intocável, mesmo promovendo ideais machistas em casos de violência contra mulheres.

No capítulo VIII, «Acoso machista impune en la Red», o autor mostra através de alguns exemplos, como a internet, através das redes sociais, é usada como forma de agressão e/ou assédio sexual às mulheres, com os agressores a esconderem-se atrás de um ecrã, perpetuando esse mesmo tipo de violência. Chega a haver uma violação da sua privacidade, com a publicação de fotografias de mulheres nuas na Internet sem o seu consentimento (Calleja 2016, 138). Aponta claramente que

quando existem publicações e/ou comentários progressistas a denunciar a violência doméstica contra as mulheres, surgem logo respostas machistas a criticar e mostrar que a violência doméstica é provocada pelas mulheres, podendo ser vista como uma forma de descredibilizar esses comentários considerados «feministas».

Por fim, no capítulo IX, «La televisión, creadora de realidad: la imagen de la mujer maltratada», o autor foca a sua atenção final no papel da televisão na criação de consumidores passivos, que aceitam os conteúdos televisivos enquanto realidade verdadeira, sem questionar, moldando os seus conhecimentos de realidade. Graças às novas tecnologias, as pessoas gravam instantaneamente os acontecimentos que presenciam e acabam por chegar à internet e posteriormente à televisão. Devido à ansiedade do consumidor para estar atualizado a toda a hora e com a emissão de imagens não tratadas, de forma repetitiva, no caso do tema da violência doméstica, verifica-se a transmissão de estereótipos de que a mulher é submissa, dependente do homem, tornando estes casos em meros espetáculos de televisão (Calleja 2016, 156). A televisão segue uma lógica de lucro, através de publicidade de casos concretos de violência doméstica.

Com apenas uma introdução e nove capítulos, José María Calleja expõe de uma forma crítica, mas brilhante, de forma dura, mas objetiva, a mediatização, ou melhor a espetacularização pelos *media* de casos concretos de violência doméstica em Espanha, reproduzindo estereótipos de papéis que homens e mulheres devem desempenhar, mas também alertando para a perigosidade da Internet, nomeadamente das redes sociais, como outra forma de reprodução deste tipo de estereótipos, assim como a própria violência exercida sobre mulheres, seja através de comentários machistas ou de violação da sua privacidade. Aponta também críticas à esfera da justiça, igualmente reproduzidor de estereótipos contra as mulheres, quando deveria ser uma esfera de garantia de aplicação de direitos para as vítimas de violência doméstica e seus familiares. Por fim, o autor aponta críticas ao Estado por não proteger e apoiar os seus cidadãos quando mais precisam, verificando-se um falhanço total em quaisquer medidas implantadas para combater a violência doméstica, permitindo a continuação de reprodução de ideias machistas, mesmo quando a Democracia está fortemente implantada em Espanha.